

(assinatura) P12

Deputados e senadores procuram fórmulas para compensar o imposto de renda que terão de pagar agora

A INFLAÇÃO DISPARA. E...

Congressistas não querem perder

Deputados federais e senadores não maldizem a norma constitucional — concebida por eles próprios — que institui o pagamento de imposto de renda sobre seus vencimentos integrais. Essa inovação fez com que perdessem o privilégio da isenção — agora são tributados em 45% do salário, que em setembro foi de Cz\$ 2,2 milhões. Eles não se dizem contra o pagamento do IR, mas já buscam fórmulas para que a mordida do Leão seja menos profunda e doa menos.

Ainda ontem, representantes de seis partidos no Congresso discutiram em reunião como ficarão os salários de outubro, e decidiram encaminhar duas propostas à área econômica do governo. Pela primeira, só teriam o IR descontado a partir de 89. Pela segunda, não seriam tributados na fonte em outubro, novembro e dezembro, ficando tudo para ser descontado na declaração referente a este ano.

Desde a semana passada, pelo menos quatro proposições sobre o tema já haviam surgido no Congresso. Para o líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, a taxação foi "correta", mas não teria cabimento se fosse no setor privado: "Vamos pagar imposto sobre a verba que nos é destinada para pagar passagens, telefonemas etc. Isso qualquer empresa subsidia. Um



Passarinho: queixas.

parlamentar precisa viajar muito, e sempre com talão de cheques, porque os eleitores pedem favores e você precisa cumprir".

Passarinho fez uma retrospectiva da isenção do pagamento de imposto de renda. "Não sei como isto começou, mas foi uma resposta aos avanços, cada vez mais progressivos, dos descontos do imposto. Tributavam em cima de uma coisa, encontrava-se um jeito de transferir o vencimento para outra área. O resultado é que apenas uma parcela insignificante do nosso salário passou a ser taxada pelo Leão".



Vivaldo: queixas.

Diferenças ideológicas à parte, o vice-líder do PDT, Vivaldo Barbosa (RJ), concorda em gênero e grau com a opinião de Passarinho sobre a tributação de seu salário. "Não devemos pagar imposto de renda sobre encargos de gabinete e auxílio-transporte." E faz uma sugestão: "O Congresso deveria fornecer estes serviços aos parlamentares, como acontece com os apartamentos onde temos o direito de residir em Brasília. Assim não receberíamos verba para eles e, portanto, ficaríamos isentos."

O vice-líder do PFL, Inocên-



Genoíno: pela lei.

cio de Oliveira (PE), que pensa da mesma forma, foi o autor de uma sugestão para diminuir a alíquota de 45% para 25%, instituindo um peso específico para a taxa de imposto de renda cobrada sobre os salários.

Esta proposta, surgida na última terça-feira, acabou desaparecendo, mas, se fosse aprovada, alteraria a tributação do Leão para todos os trabalhadores. Mesmo assim, Oliveira declara que "parlamentares, magistrados e militares devem pagar impostos, porque nenhum brasileiro deve ser diferente do outro".

A deputada Maria de Lourdes Abadia (DF), que representa o PSDB nas reuniões para discutir como vão ficar os salários dos parlamentares até o final deste ano, está mais preocupada com a posição do PT no caso — a bancada petista quer a aplicação imediata do texto constitucional — do que com a postura de seu próprio partido. "Alguns partidos querem ser puristas, mas o fato é que um parlamentar tem que ganhar bem, porque gasta em gasolina para visitar seus eleitores e atendê-los, para manter seu gabinete e até para se vestir bem. Porque, afinal, somos representantes do povo e não podemos andar de calça jeans e chinelo de dedo. Temos é que falar a verdade. Dizer à opinião pública quanto ganhamos e quanto descontamos de imposto de renda. Com um salário bom, o parlamentar fica isento de corrupção", disse a deputada. Ela não esclareceu qual é a sua posição sobre a aplicação imediata da taxa de 45%. "Minha preocupação é obter o consenso de todos os partidos para que o PT não diga que fomos oportunistas."

O deputado José Genoíno (SP), vice-líder do PT, repete a posição de sua bancada. "A Constituição acabou com o privilégio da isenção de imposto de renda. Vamos cumpri-la sem adiamentos."